



Presidente Itamar Franco

# DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA

De novembro de 1992 a maio de 1993



Brasília  
1993

# DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA

De novembro de 1992 a maio de 1993



Presidente Itamar Franco

# DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA

De novembro de 1992 a maio de 1993



Brasília  
1993

Brasil. Presidente, 1992- (I. Franco)

Discursos de política externa: de novembro de 1992 a maio de 1993. — Brasília: Presidência da República, 1993.

102p. (Série Discursos)

1. Franco, Itamar, Presidente do Brasil, 1991- —  
Discursos. 2. Política Externa — Brasil. I. Título.

CDD 354.810 35

## Sumário

I	Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por ocasião da III Reunião de Cúpula do G-15. Dacar, 21 de novembro de 1992. ....	11
II	Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por ocasião da VI Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Buenos Aires, 2 de dezembro de 1992. ....	21
III	Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, na III Reunião do Conselho do MERCOSUL. Montevideu, 28 de dezembro de 1992. ....	31
IV	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na cerimônia de formatura da Turma de 1992 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco. Brasília, 27 de abril de 1993. ....	41

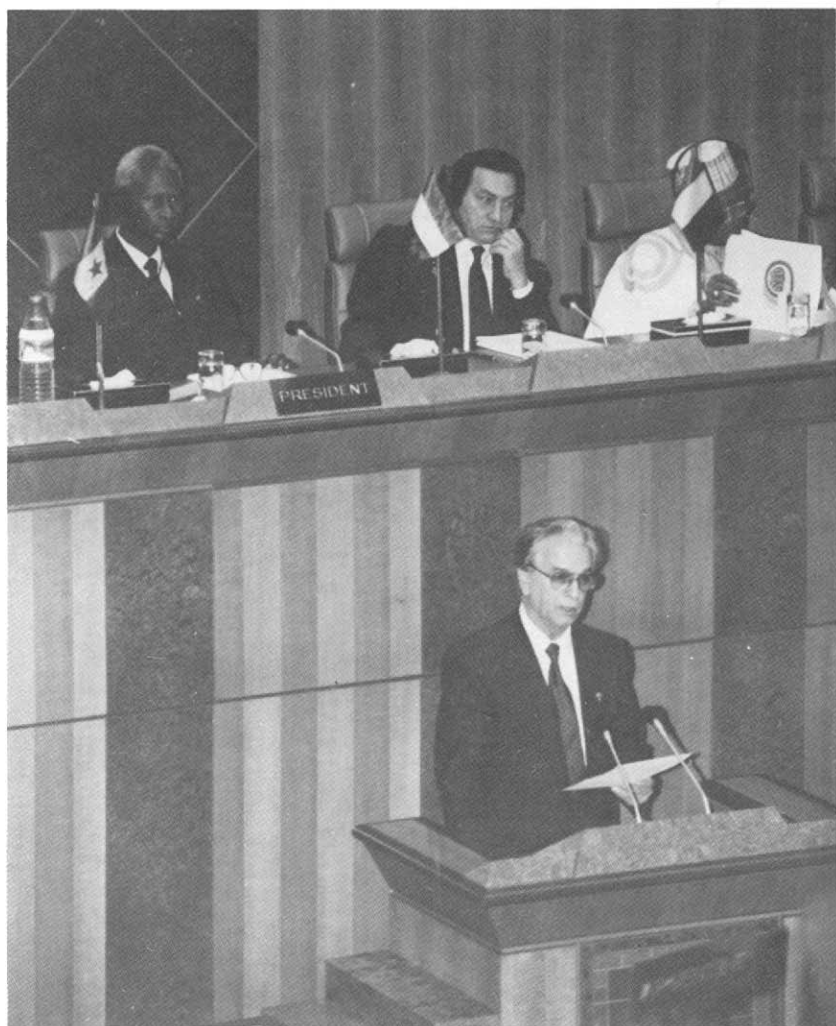
V	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na sessão solene de abertura da V Assembléia Ordinária do Parlamento Amazônico. Brasília, 10 de maio de 1993. ....	51
VI	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, durante visita oficial à Argentina. Buenos Aires, 25 de maio de 1993. ....	61
VII	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião de sua chegada ao aeroporto de Montevidéu, em visita oficial ao Uruguai. Montevidéu, 27 de maio de 1993. ....	69
VIII	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da sessão solene na Assembléia Geral do Uruguai. Montevidéu, 27 de maio de 1993. ....	73
IX	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente Luis Alberto Lacalle, no Palácio Taranco. Montevidéu, 27 de maio de 1993.	81
X	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da cerimônia de entrega das chaves simbólicas de Montevidéu pelo Intendente, Doutor Tabaré Ramón Vázquez Rosas. Montevidéu, 28 de maio de 1993. ....	85
XI	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da sessão solene realizada em sua homenagem pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai. Montevidéu, 28 de maio de 1993. ....	89

XII	Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração. Montevideú, 29 de maio de 1993. ....	95
-----	--	----

## Apresentação

O objetivo desta publicação é o de divulgar os pronunciamentos do Presidente Itamar Franco na área de política externa.

Este volume reúne os discursos proferidos pelo Presidente Itamar Franco nos eventos internacionais de que participou, no Brasil e no exterior, no período de novembro de 1992 a maio de 1993.



I

Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por ocasião da III Reunião de Cúpula do G-15.

Dacar, 21 de novembro de 1992.

É para mim motivo de viva satisfação encontrar-me, ao amparo da generosa hospitalidade do Governo do Senegal e de seu povo, com os Chefes de Estado de países amigos que integram a Cúpula do Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul. Significativos laços históricos e culturais nos unem à terra africana, que nos dá tão grata acolhida. Com os países do Grupo, o Brasil comparte a vocação para o desenvolvimento e as aspirações à plena inserção na cena internacional.

Ao usar da palavra na qualidade de Chefe de Estado de país latino-americano presente a esta iniciativa de concertação e de entendimento, desejo expressar que a região da América Latina e do Caribe busca acelerar seu processo de desenvolvimento, mantendo-se aberta à interação com os demais países do Sul, e atenta à velocidade das transformações no ordenamento internacional.

Trabalhamos criativamente pela afirmação da identidade regional e pela realização de objetivos comuns a nossos povos, como o crescimento econômico, a justiça social e o pleno respeito aos direitos humanos, na vigência das liberdades democráticas.

Empenhamo-nos no combate à miséria e à marginalização de segmentos ainda vastos de nossas populações, premidos pela necessidade de superar o estado de carência em que se encontram, bem como de reduzir desequilíbrios na distribuição da riqueza e do bem-estar.

Democracia e desenvolvimento são o binômio que melhor resume as aspirações de nossos países. A primeira como expressão da paz social; o segundo como condição propiciadora de uma vida digna para nossos povos.

A América Latina e o Caribe empenham-se, também, tanto na vertente atlântica como na pacífica, em aproximar-se aos parceiros da África e da Ásia que compartilham nossas inquietações e esperanças.

Ao assumirem a responsabilidade por seu desenvolvimento, nossos países devem enfrentar as circunstâncias de um contexto internacional dramaticamente inóspito. O fluxo de recursos financeiros do Sul em direção ao Norte tem sido uma constante. A degradação dos termos de intercâmbio é agravada pelo protecionismo das principais potências comerciais. As negociações no âmbito da Rodada Uruguaia estiveram até há pouco ameaçadas pelo espectro de uma guerra comercial entre os países desenvolvidos.

Senhores,

Fui conduzido ao exercício da mais alta magistratura do país pela vontade democrática do povo brasileiro e em obediência à ordem institucional do país. Minha missão é traduzir em medidas concretas a esperança de progresso e equidade do conjunto da sociedade.

A crise que o Brasil atravessou nos últimos meses, a mais grave de nossa história recente, fortaleceu as convic-

ções democráticas do povo. A sociedade brasileira não mais admite recuos em sua opção pela democracia, e exige irrepreensível padrão ético na conduta de seus governantes.

A modernização das estruturas produtivas e o resgate da dívida social constituem o anseio de todos os brasileiros. O retorno aos altos índices de desenvolvimento e crescimento, que caracterizaram a economia brasileira como uma das mais dinâmicas do pós-guerra, só será possível mediante reformas estruturais e a redefinição do nosso modelo de desenvolvimento.

Senhores,

Aos países em desenvolvimento têm sido exigidas rígida disciplina na adoção de políticas fiscais e ampla generosidade na abertura de seus mercados, coragem para enfrentar os riscos da competição e paciência para colher os frutos da austeridade.

Temos pago o preço de nosso ajuste econômico e aberto nossos mercados, sem necessariamente encontrar uma contrapartida no acesso de nossas exportações aos consumidores dos países desenvolvidos, ou na diminuição das resistências à transferência de tecnologia.

A essa assimetria, acrescenta-se a persistente recessão no Norte, que agrava as dificuldades da economia internacional, e particularmente a situação dos países em desenvolvimento. A desorganização das políticas macroeconômicas dos países desenvolvidos leva à introspecção financeira, em detrimento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Senhores,

Se, de um lado, o fim do antagonismo Leste-Oeste abriu novas perspectivas de entendimento entre as nações, de outro tensões regionais antes abafadas pela Guerra Fria deram origem a numerosos focos de conflito, os quais, ao acarretarem o ressurgimento das intolerâncias étnicas, culturais e religiosas, representam um retrocesso no plano das conquistas em matéria de direitos humanos e da boa convivência internacional.

O mundo de hoje ainda acumula demasiadas armas e reparte pouca riqueza. A disputa pela riqueza escassa leva os homens à guerra. Não apenas à guerra cruenta e letal, mas à guerra econômica e comercial, que causa danos e sofrimento a nossas populações. Não podemos eludir a relação entre *paz e prosperidade*: em cada um de nossos países, a pobreza freqüentemente lança os homens contra os homens, e todos contra a natureza.

Senhores,

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabeleceu uma nova ótica para o desenvolvimento. Trata-se do conceito de *desenvolvimento sustentável*, em torno do qual a cooperação internacional deverá mobilizar-se.

Com a Agenda 21 e os outros instrumentos aprovados no Rio de Janeiro, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento assumiram compromissos dentro de um espírito de solidariedade, inspirados no reconhecimento de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, na criação de uma ordem mundial ecológica e socialmente mais justa.

Dessa forma buscaremos assegurar, em benefício das gerações presentes e futuras, um equilíbrio entre o desen-

volvimento, de um lado, e a manutenção de um planeta ambientalmente sadio, de outro. Desenvolvimento sustentável é a expressão contemporânea do progresso.

Não se materializaram os recursos que o abandono da corrida armamentista deveria liberar para apoiar os esforços de desenvolvimento econômico.

Mas estamos diante de uma oportunidade histórica: a cooperação internacional deve ser generosa, se não pelo imperativo moral da solidariedade, pela sabedoria pragmática do próprio interesse. O crescimento dos países em desenvolvimento também é motor de desenvolvimento mundial.

O aumento das exportações do Sul para os países desenvolvidos é plenamente compensado não somente pelas importações de bens de maior densidade tecnológica e valor agregado, mas também pelo aumento da capacidade de pagamento dos países em desenvolvimento e a conseqüente expansão de sua capacidade de fazer face aos compromissos financeiros na área internacional.

Senhores,

Uma efetiva «Agenda para a Paz», tal como proposta pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, não pode prescindir de uma igualmente efetiva «agenda para o desenvolvimento». É preciso materializar a idéia de uma «nova parceria para o desenvolvimento», que corajosamente adotamos — países em desenvolvimento e países desenvolvidos — na VIII UNCTAD, em fevereiro deste ano, em Cartagena das Índias.

A reforma do sistema das Nações Unidas, e em especial de seus setores econômico e social, deve resultar no fortalecimento do multilateralismo e do papel da ONU na

promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento econômico e social, um dos objetivos da Carta da Organização.

O eixo das relações internacionais se desloca cada vez mais na direção Norte-Sul. A questão da cooperação internacional para o desenvolvimento assume o centro do diálogo internacional.

A nova configuração de equilíbrios no mundo contemporâneo não pode dispensar, neste momento de «dissolução» de estruturas anteriores, uma atuação firme e renovada dos países em desenvolvimento frente aos países desenvolvidos.

O Grupo dos 15 pode dar impulso a essa atuação. O Grupo dos 7, que congrega os principais países desenvolvidos, reconhece nosso Grupo como interlocutor válido.

Demonstra-o a carta que o Chanceler Helmut Kohl enviou ao Presidente do Senegal, ao concluir-se em julho deste ano a última Cúpula do G-7, da qual fora Presidente.

As reflexões até agora apresentadas pelo G-15, em especial o documento sobre a Nova Ordem Internacional encaminhado ao Secretário-Geral das Nações Unidas e o projeto de «Comunicado Conjunto» que aqui adotaremos, mostram a seriedade e o equilíbrio com que o Grupo se conduz. São documentos que oferecem valiosa contribuição para o debate das principais questões do interesse dos países em desenvolvimento.

O Grupo dos 15 constitui importante esforço de coordenação entre países em desenvolvimento. O alto nível de nossas consultas e o ambiente informal que adotamos nos aproximam em um diálogo franco e produtivo. Com a

assistência de nossos mais altos assessores e conselheiros de Estado aqui presentes, definiremos as orientações de nossa atuação concertada.

Senhores,

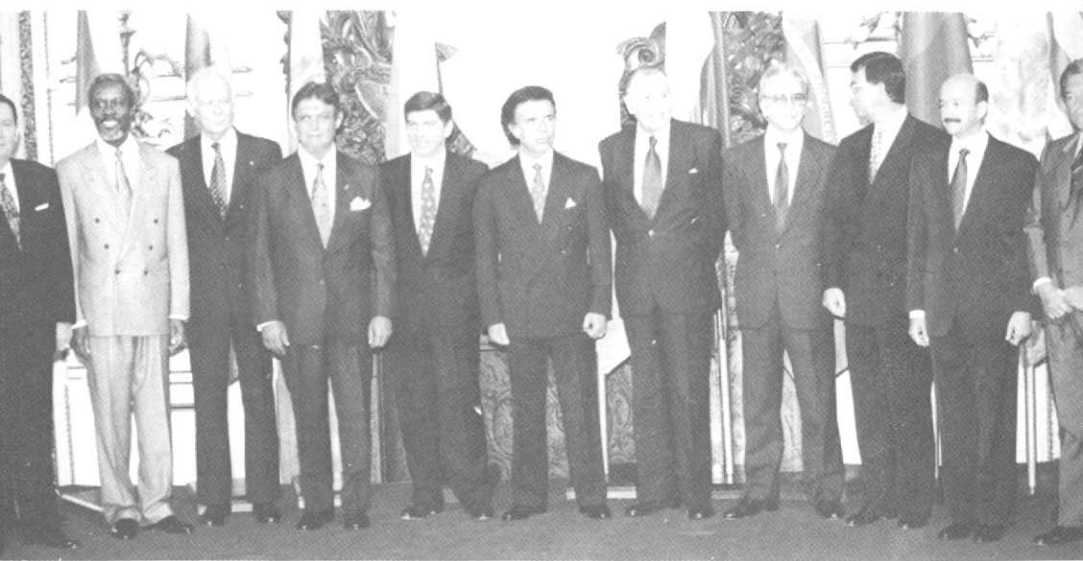
A ocasião que ora se apresenta é oportuna para que seja ressaltada a preocupação do Governo brasileiro com os desdobramentos da crise em Angola. Entendemos que deva ser respeitada a vontade livremente expressa pelos cidadãos daquele país nas eleições realizadas em fins de setembro passado. Esperamos também que sejam condenadas e rejeitadas pela comunidade internacional todas as tentativas de resolver pela força a questão angolana. Preocupam-nos ainda as inquietantes indicações de envolvimento de terceiros em ações que possam pôr em perigo a implementação dos Acordos de Paz em Angola e atentar contra a integridade territorial do país.

O Brasil vem prestando todo o apoio diplomático necessário à retomada do diálogo entre as partes. Acreditamos que os compromissos a ser alcançados deverão pautar-se pelo pleno cumprimento dos Acordos de Bicesse e pela estrita observância da Resolução 785 do Conselho de Segurança da ONU, de 30 de outubro último. A mencionada resolução, ao mesmo tempo que prorrogou o mandato da UNAVEM-II, foi clara e firme ao condenar os responsáveis pelo recrudescimento das hostilidades e ao exortar as duas partes ao diálogo. Consideramos que a solução democrática para a questão angolana é condição fundamental para a estabilidade política da África Austral, o que naturalmente afeta o continente africano como um todo. Por todas essas razões, as Nações Unidas têm uma clara responsabilidade em assegurar a paz em Angola, em consonância com os princípios e propósitos de sua Carta.

Ao concluir, asseguro que o Brasil emprestará toda sua colaboração ao Grupo dos 15, consoante com nossa tradição diplomática de diálogo e opção pela paz. Minha presença neste encontro é testemunho desse engajamento, que haverá de traduzir-se em oportunidades de cooperação crescente.

Muito obrigado.





II

Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por ocasião da VI Cúpula Presidencial do Grupo do Rio.

Buenos Aires, 2 de dezembro de 1992.



Numa época em que, sobretudo nas relações internacionais, parece predominar a tendência a privilegiar perspectivas e instrumental de caráter econômico, é indispensável recordar que, tal como disse ontem, este nosso Grupo do Rio nasceu para a defesa da democracia na América Latina. Ou seja, é criatura política.

Devemos enfatizar que este mecanismo de consulta e concertação política ao mais alto nível logrou resultados significativos, pois a democracia em nossa região alcançou, desde então, notáveis avanços. Ainda assim, cumpre reconhecer que nosso continente ainda vive problemas básicos da democracia. Disso são exemplos recentes os dramáticos acontecimentos ocorridos no Caribe e na América do Sul.

A realidade das coisas indica, sem meios-terminos, que a democracia continua a ser, hoje tal como no momento da criação deste Grupo, a questão central. Portanto, a nossa razão de ser é política.

Democracia, enquanto modo de vida, e democracia como regime político só existem, com vigor e permanên-

cia, nas sociedades em que os homens atuam como cidadão, e não se reduzem apenas a consumidores e produtores. Esta concepção básica nos orienta a todos, tanto no plano interno, quanto no relacionamento que infatigavelmente temos privilegiado no contexto latino-americano.

A atividade política que é o governar deve ter pleno conteúdo ético. Por isso, ontem afirmei que vivenciamos a reafirmação dos valores mais altos da ética e da democracia.

E não o digo em tese. O povo brasileiro, de forma pacífica nas ruas; a sociedade civil, através de suas instituições; a cidadania, pela ação dos seus representantes políticos e dos magistrados, tornaram concreto o que era abstrato: um processo político sem precedentes na nossa história. Assim foi recuperada, pelo pleno exercício das instituições democráticas, a dignidade republicana.

Esta vigorosa recuperação do essencial marca a vida brasileira contemporânea, e dá o conteúdo ético indispensável à eficácia da democracia a que ontem se referia, muito apropriadamente, o Presidente Lacalle.

Para afiançar essa recuperação, para assegurar sua perenidade, necessitamos criar condições sociais e econômicas que propiciem a todo e qualquer cidadão a oportunidade de ser cidadão: não basta conquistar a normalidade democrática.

Por isso, atento ao Brasil de hoje, estou devotado a evitar que a modernização seja apenas da economia. Os pronunciados desníveis internos, a pobreza, e até mesmo a miséria que afligem a maioria dos brasileiros, a flagrante

disparidade de oportunidades, tudo constitui um estado de coisas inaceitável.

Vencer esses desafios é tarefa conjunta. Tenho a convicção que nem mesmo um país com dimensões continentais; apreciável expressão demográfica; quase 40 por cento do Produto Interno Bruto da América Latina; a terceira economia do Continente, depois dos Estados Unidos e do Canadá; 400 bilhões de dólares de Produto Nacional Bruto; e 22 por cento do comércio exterior global da região; nem mesmo o Brasil, repito, pode pretender, sozinho, realizar tarefa de tal dimensão.

O Brasil é, por excelência, um *global trader* e temos, por nossas dimensões e diversidade de interesses, vocação ecumênica. Mas jamais deixamos, nem deixaremos, de estar atentos à política de nossa circunstância, que é a América Latina. A magnitude de dados fala por si mesma: 30 por cento do nosso intercâmbio estão concentrados na CEE, 20 por cento nos Estados Unidos da América, 20 por cento na América Latina, 20 por cento na Ásia e 10 por cento no Oriente Médio, África e Europa Oriental. É contra o pano de fundo da nossa abertura para o mundo que surpreendem recentes medidas unilaterais restritivas por parte dos Estados Unidos da América que inibem o acesso a importante mercado para produtos nossos altamente competitivos, que desejamos exportar de forma crescente, em condições justas e equitativas.

O entorno geográfico do Brasil, com dez fronteiras internacionais, a dinâmica viva do intercâmbio com cada um dos países latino-americanos e a firme disposição em levar adiante um processo de integração justo e amplo com os

vizinhos regionais, são elementos orientadores da nossa convivência internacional.

O Brasil, Senhores Presidentes, tem perfeita consciência da importância dos fenômenos do globalismo e do regionalismo na economia contemporânea. Vemos com clareza o rumo dos acontecimentos atuais. Sabemos a importância do processo de integração regional para a América Latina.

Esta certeza é a fonte do revigorado apoio que meu Governo dá à integração latino-americana, mandato expresso da Constituição Federal do Brasil.

A base filosófica do Grupo do Rio é precisamente o binômio democracia e integração. Não se trata de mera justaposição, mas de relação essencial entre os dois termos: na América Latina de hoje, não se pode conceber integração sem democracia. A integração regional só vem se tornando realmente possível sob o fundamento democrático comum dos países da região. No caso do Brasil e da Argentina, nossa integração coincide com nossa redemocratização.

Os atentados à ordem democrática são, pois, ameaça direta à integração.

Não devemos jamais esquecer que a notável aceleração do processo de integração da América Latina só é possível porque lhe damos, os Presidentes do Grupo do Rio, o impulso político indispensável.

É assim que abandonamos a histórica perspectiva individualista, centrada na competição estéril, e construímos em seu lugar uma nova dinâmica, que se funda na coope-

ração e conduz à verdadeira comunidade latino-americana de nações.

Disso, e não há por que negá-lo, são exemplos maiores o MERCOSUL e o Pacto Andino depois de Barahona. Ambos respondem a opções políticas fundamentais que têm que ver com o que somos e com a América Latina que ambicionamos.

Com o intuito de aprofundar essa vocação de reafirmar a escolha desse destino, de tornar irreversível nossa solidariedade de grupo, penso que estão criadas as condições e é chegado o momento de ousar mais uma vez.

Em 1969, com a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai, construímos o arcabouço da cooperação platina ao assinarmos o Tratado da Bacia o Prata. Dez anos depois, junto com a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e o Suriname, lançávamos o ambicioso Tratado de Cooperação Amazônica.

Com o México, que acaba de abrir novas fronteiras com o NAFTA, temos um passado de relações irrepreensíveis e um caminho de realizações, com aquele grande país, que muito servirá para a causa comum dos povos latino-americanos e caribenhos. Com o Chile, cuja vocação latino-americanista o Presidente Aylwin ressaltou ontem, queremos consolidar e intensificar nossos históricos vínculos econômicos e culturais.

A par do extraordinário impulso representado pelo MERCOSUL, estamos agora tomando medidas para reforçar o Tratado de Cooperação Amazônica, com a criação de uma Secretaria Permanente, para a qual oferecemos Brasília como sede.

Paralelamente, pretendo apresentar — durante minha próxima visita ao Uruguai e no foro maior da integração latino-americana que é a ALADI — uma nova iniciativa, com vistas à aproximação econômica e comercial entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos.

Estou seguro de que será uma contribuição importante, em benefício de todos os países latino-americanos, para a desejada articulação entre os esquemas de integração que vimos consolidando na região, e que deve confluir, como estabelece o Tratado de Montevideu de 1980, para a formação de um mercado comum regional.

Assim, Senhores Presidentes, ampliaremos o conjunto de nossas estruturas produtivas, de nossos mercados, da nossa capacidade de investir, e do nosso acervo de conhecimentos científicos e tecnológicos, para assegurar ao homem latino-americano a plena fruição da sua humanidade e a afirmação dos seus direitos democráticos como cidadão. A derrubada das fronteiras econômico-comerciais entre nossos países nos assegurará também lugar digno e proveitoso em meio às grandes estruturas que se organizam no cenário internacional.

Senhores Presidentes,

A América Latina é grande demais, e importante demais, para estar ausente da construção dos novos tempos. Temos muito com que contribuir, muito o que afirmar. Nossa região deve ser percebida pelos outros com a mesma clareza que tem para nós: não apenas um grande espaço econômico, mas também, e sobretudo, um espaço democrático onde povos encontram sua identidade numa cultura própria, de valor universal.

Vamos lutar juntos para aprofundar a integração de nossos povos. Juntos, faremos mais e melhor do que poderíamos alcançar sozinhos.

Com a ajuda e participação de todos, governos e cidadãos, haveremos de recolocar nossa região na trilha segura, desta vez irreversível, do desenvolvimento, da erradicação da miséria e, particularmente, da consolidação da democracia e da paz.

Muito obrigado.







III

Discurso do Senhor Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, na III Reunião do Conselho do MERCOSUL.

Montevideu, 28 de dezembro de 1992.



Agradeço, em nome do povo brasileiro, a hospitalidade uruguaia nesta bela capital, que nos acolhe também na sua qualidade de centro de cooperação e de integração da América Latina, em especial dos países do Cone Sul.

É um prazer estar reunido com representantes de países aos quais nos une uma soma tal de afinidades que a simpatia e o apreço surgem espontâneos, e imprimem aos esforços conjuntos na promoção de objetivos comuns uma solidariedade verdadeira e natural.

Compareço à Terceira Reunião do Conselho do Mercado Comum com a esperança de que aqui aprofundaremos ainda mais o processo desencadeado pelo Tratado de Assunção.

Não poderia ser mais oportuna a ocasião deste encontro para definirmos estratégias realistas e pragmáticas de cumprimento do objetivo de conformação do Mercado Comum do Sul.

O excepcional dinamismo do comércio entre nossos países, as oportunidades que se vão materializando, as possibilidades de ação conjunta frente a terceiros mercados que já se vislumbram, são demonstração inequívoca da dimensão, da diversidade e da profundidade dos interesses envolvidos.

A integração sub-regional ocorre em circunstâncias particularmente delicadas para nossos quatro países.

Nossos governos estão implementando políticas rígidas de ajuste para redução do déficit público e para combater a inflação. Prossegue o processo de abertura de nossas economias à competição internacional. Está em curso nos quatro países um exercício de redefinição do papel do Estado e de ampliação de espaço para a iniciativa privada, mediante políticas de desregulamentação e privatização.

No caso do Brasil, é importante mencionar a gravíssima crise que estamos superando de forma pacífica e democrática, graças ao amadurecimento cívico de nosso povo e à solidez de nossas instituições políticas. Assumi as funções de Presidente da República, nesta conjuntura difícil, plenamente consciente de que a modernidade está, antes de mais nada, nas instituições democráticas, na vitalidade do diálogo político e no respeito à lei.

Tenho presente, por outro lado, que a modernidade requer uma série de esforços no plano econômico. Procurarei orientar tais esforços na direção da estabilidade macroeconômica, da reversão do processo de aprofundamento das desigualdades sociais ocorrido nos últimos anos, e da adoção de medidas destinadas a promover o crescimento econômico.

A convivência democrática não permite o recurso a ações arbitrárias que desorganizam a vida do cidadão. A inserção competitiva na economia mundial e a intensificação do intercâmbio com parceiros externos não pode prosperar, ademais, em ambiente de imprevisibilidade e desorganização macroeconômica. Tenho afirmado freqüente e reiteradamente que não surpreenderei nem nossa cidadania nem nossos parceiros econômicos com atos unilaterais, ou qualquer tipo de medida, que não tenham sido antes am-

plamente debatidos. Estão excluídos, portanto, dos instrumentos de que lançarei mão os confiscos de poupança, os congelamentos e demais recursos dessa natureza impostos, no passado, de forma autoritária e voluntarista.

O processo de abertura comercial prosseguirá dentro da estratégia gradualista que vem permitindo maior exposição da economia brasileira à concorrência internacional, sem comprometer o desempenho de nosso comércio exterior. Manterei diretrizes que encontram amplo apoio na sociedade e que visam a aumentar a competitividade de nossa economia.

Prosseguirá, igualmente, a normalização das relações com a comunidade financeira internacional. Não podemos abrir mão da contribuição que o capital externo pode trazer para o novo ciclo de desenvolvimento que se anuncia, e no qual a poupança externa tem importante papel a desempenhar. Aprovamos, na semana passada, pelo Senado Federal, o acordo da dívida com os credores externos, e estamos recebendo uma carta de apoio do gerente-geral do Fundo Monetário Internacional à retomada de negociações em torno do programa econômico.

Esperamos enfrentar com êxito as exigências de ajuste do setor público e manter um esforço imperturbável de combate à inflação, de modo a criar condições mais propícias para a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis.

No Brasil, a permanente coordenação com o Congresso Nacional e o exercício transparente da democracia serão a garantia de legitimidade do processo de ajuste da economia.

Isto é válido também para as negociações do MERCOSUL. As dificuldades conjunturais que vão surgindo

devem ser superadas pelo diálogo permanente, pela confiança mútua na união de nossos destinos e pelo respeito aos compromissos entre nós pactuados.

Senhores Presidentes,

Senhores Ministros,

O MERCOSUL já ultrapassou sua primeira fase de realizações. Temos que lidar agora, crescentemente, com questões concretas, delicadas e essenciais. Tarifa Externa Comum, coordenação de políticas macroeconômicas, estratégias de reconversão, defesa do consumidor e da concorrência, entre tantos outros temas, exigem cada vez mais de nossos governos tratamento objetivo, realista e pragmático.

Devemos evitar definições principistas, que as realidades econômicas de nossos países, em muitos casos, poderão questionar.

Nessa nova etapa, cada decisão exigirá de nós perfeita sintonia e coordenação política. Devemos evitar que medidas internas, muitas delas motivadas pelas diferentes conjunturas econômicas, adotadas segundo as características e as realidades de cada um de nossos países, venham a contaminar a tarefa de construção do MERCOSUL.

Questões bilaterais não podem entorpecer o processo decisório dos quatro países, sob pena de colocar em risco toda a arquitetura integracionista.

Senhores Membros do Conselho do Mercado Comum,

Quero fazer referência a alguns dos principais temas que deverão concentrar as atenções dos negociadores nos próximos meses.

O cronograma de medidas para a implementação das metas e objetivos do Tratado de Assunção, definido em Las Leñas, requer esforço substancial. Estamos observan-

do em alguns casos dificuldades de ordem prática ou política, que vão retardando o avanço em questões cruciais. Para superar esses obstáculos e manter, como desejamos, prazos e metas acordados, urge identificar os pontos de estrangulamento e as deficiências de recursos materiais e humanos.

A questão da Tarifa Externa Comum tem alta prioridade na agenda de negociações. Sua definição está prevista para junho de 1993, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 1995. Estudos técnicos sobre a matéria encontram-se em adiantado estágio e temos aprofundado a coordenação entre Governo e setor privado sobre a matéria.

Esse é um tema de interesse central para o Brasil, em decorrência de nosso desenvolvimento industrial e da diversificação de nosso setor produtivo. A complexidade de nossa economia exige criteriosos estudos técnicos para a definição de uma Tarifa Externa Comum vantajosa para nossos quatro países.

A fixação de um nível máximo para a Tarifa Externa Comum está associada a um amplo conjunto de fatores, tais como incentivo à capacidade de competição externa de nossos países, estágio de desenvolvimento, grau de sofisticação industrial e de exposição de nossas economias ao comércio internacional, bem como coerência com os compromissos assumidos na Rodada Uruguai do GATT.

Estamos firmemente empenhados na construção de uma Tarifa Externa Comum que, tendo presentes aquelas condicionantes, assegure o desenvolvimento industrial brasileiro e de nossos parceiros, bem como o estímulo ao comércio de produtos agropecuários dentro do MERCOSUL.

No plano da coordenação de políticas macroeconômicas, é importante definir indicadores capazes de reforçar a

vontade e a decisão política de estabilizar nossas economias, minimizar assimetrias e distorções.

O avanço dos trabalhos técnicos e as importantes resoluções e decisões, adotadas no contexto do Tratado de Assunção, requerem o exame de fórmulas, para que venham oportunamente a ser aplicadas nos quatro países. Torna-se necessária, neste contexto, a criação de mecanismos de seguimento e verificação da aplicação dos atos acordados, por meio de medidas internas em cada um de nossos países.

As novas realidades comerciais geradas pela Iniciativa das Américas, e derivadas da assinatura do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, o NAFTA, permitem que se possa pensar em estudos técnicos, no âmbito do Acordo MERCOSUL-Estados Unidos (4 + 1), com vistas a examinar as opções que se abrem para o MERCOSUL.

Ainda com relação à face externa do MERCOSUL, é imperativo promover crescente coordenação entre seus integrantes no âmbito do GATT. Isto assegurará, inclusive, melhores condições de acesso aos mercados internacionais, diante dos possíveis desdobramentos da Rodada Uruguai do GATT.

Senhores Presidentes,

Senhores Ministros,

Em 31 de dezembro de 1994 teremos uma Zona de Livre Comércio, sem restrições tarifárias ou barreiras não-tarifárias. Naquela data, nos termos do Tratado de Assunção, teremos igualmente uma União Aduaneira, com definição da Tarifa Externa Comum.

Dados esses passos fundamentais, estaremos lançando bases sólidas para estabelecer regras comuns nas outras

duas liberdades: a circulação de serviços e de pessoas que darão ao Mercado Comum do Sul sua dimensão mais plena.

A partir da primeira reunião do Conselho do Mercado Comum, quando Brasília recebeu Vossas Excelências, o processo negociador do MERCOSUL ganhou maior abrangência com a criação de reuniões de ministros do Trabalho, da Educação e da Justiça, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Ampliaram-se as áreas de contato e a complexidade das discussões entre nossos quatro países no âmbito das negociações do Tratado de Assunção. Deveremos, nesta oportunidade, considerar a criação de reuniões de ministros da Agricultura e de um Foro MERCOSUL para o setor privado, diversificando ainda mais o escopo das negociações.

Senhores Presidentes,

Senhores Ministros,

Meu Governo continuará a dar alta prioridade à integração sul-americana.

A vontade integracionista do Brasil deverá traduzir-se em breve em novas iniciativas concretas, como a que tive oportunidade de mencionar em Buenos Aires, na reunião de cúpula do Grupo do Rio. Estarei, efetivamente, propondo a meus colegas Presidentes da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru, da Venezuela, da Guiana e do Suriname o aprofundamento dos acordos comerciais bilaterais dentro dos critérios pactuados com nossos sócios do MERCOSUL.

Esta iniciativa na região amazônica servirá para ampliar as possibilidades de cooperação e de integração desses países com o Brasil, ajudando a preparar as bases para uma futura negociação com o MERCOSUL, sem que se excluam outros esforços hemisféricos de integração.

Asseguro-lhes que o Governo brasileiro continuará a emprestar todo o seu apoio a esses esforços, e neste momento reafirma, uma vez mais, sua inabalável vontade política de cumprir todos os compromissos com seus sócios do MERCOSUL.

Como governantes, assumimos, perante nossos povos, a responsabilidade de tornar realidade o sonho da integração efetiva de nossos países.

Não podemos frustrar essa expectativa com atitudes imediatistas ou visões de curto prazo. Afinal, o MERCOSUL cumprirá uma missão que transcende a dimensão puramente econômica. Trata-se de consolidar instituições democráticas, construir sociedades mais justas e abrir caminhos para o destino de prosperidade compartilhada que nos espera.

Muito obrigado.



IV

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na cerimônia de formatura da Turma de 1992 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco.  
Brasília, 27 de abril de 1993.



É para mim uma grande satisfação comparecer ao Palácio do Itamaraty para presidir a cerimônia de formatura dos mais novos membros da Casa de Rio Branco.

Quer a tradição dos povos que as passagens marcantes no processo de maturação do ser humano sejam oportunidade de justa celebração.

Ao acolher para a vida profissional aqueles qualificados para as diversas frentes da força de trabalho, a sociedade comemora a sua revitalização.

Inspirados nos serviços prestados ao Brasil pelo patrono da Casa, o Barão do Rio Branco, e por tantos profissionais ilustres que o sucederam; beneficiados por uma formação sólida a que os capacitou a aprovação no exame vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os formandos deixam agora os desafios e a liberdade da vida acadêmica para assumir a responsabilidade pragmática do agente político comprometido com a defesa do interesse nacional.

Os formandos do Instituto Rio Branco têm muito de que se orgulhar. A Casa cujos quadros passam a integrar distingue-se, no serviço público brasileiro, pela manutenção de alto padrão de desempenho, alicerçado no labor co-

letivo e na continuidade da ação. O Itamaraty tem sabido preservar uma cultura que lhe é particular, destacando-se pelo procedimento a um tempo disciplinado e criativo de seus quadros.

Formam-se hoje vinte e um novos diplomatas brasileiros.

Assumem a partir de agora o importante compromisso de honrar as tradições desta Casa.

Será preciso, de olhos postos no futuro, e tendo presentes as necessidades e a expectativa da sociedade brasileira, repensar a política externa à luz de um cenário internacional que sofreu radical transformação e continua em acelerada mutação.

Senhoras e Senhores,

Mais do que nunca, são exigidas dos diplomatas perspicácia, decisão e capacidade de compreender as novas configurações da situação internacional, bem como de propor e executar ações políticas destinadas a ampliar a presença do Brasil e de nossa região no cenário mundial.

A construção de novas estruturas de convivência internacional em bases justas é o desafio que nos reservou a história e para o qual serão decisivos os esforços dessa jovem geração de diplomatas que representará o Brasil nas próximas décadas.

Para inspirá-los ante esse desafio, escolheram os formandos como patrono o Doutor Ulysses Guimarães.

Não poderia ser mais feliz a escolha.

Não é possível evocar Ulysses Guimarães sem emoção e sem saudade.

Quanto não deve a Nação brasileira a esse idealista, que fez da coragem na defesa de seus valores um exemplo para todos nós?

A decisão de escolher Ulysses Guimarães para patrono é muito mais que a merecida homenagem a um grande homem público, que tanto falta nos faz.

Reconheço, nessa decisão, a profissão de fé nos valores da democracia como os únicos que nos permitirão encontrar os caminhos para retomar o desenvolvimento, resgatar a dívida social e construir uma sociedade mais justa.

Senhoras e Senhores,

A construção dessa sociedade mais justa é o objetivo central que dá sentido a cada uma das ações de meu Governo.

É por entender que a recessão e o desemprego nos afastam dessa meta que, desde o primeiro dia de meu mandato, questionei a falsa modernidade que se paga com a miséria do povo ou as receitas econômicas que implicam sempre postergar o desenvolvimento.

Houve quem tentasse apresentar como apego ao passado tanto meu questionamento da modernização excludente, como minha convicção de que os problemas do país só se resolverão com a retomada do crescimento.

Nada mais longe da verdade.

Apegados ao passado estavam os que insistiam em manter o povo à margem dos benefícios do progresso. Eram eles os que não entendiam que a presença de uma população marginalizada do progresso econômico é característica de sociedades desorganizadas e de modelo arcaico.

Meu compromisso é com as reformas hoje exigidas para que reencontremos o caminho do desenvolvimento com justiça social.

Confio em que as levaremos adiante, com o apoio do Congresso Nacional.

Estabilizar a economia, voltar a crescer, resgatar a esperança; esses objetivos reclamam verdadeira união nacional.

Em ambiente de plena liberdade democrática, vamos amadurecendo, em benefício de todos, um novo modelo de desenvolvimento, mais aberto, mais dinâmico e mais equilibrado.

O tempo de nosso ajuste é o tempo da Democracia.

Formam-se gradualmente os consensos em que todos os setores da sociedade têm voz ativa. O consenso é garantia de que nossas reformas são legítimas e serão duradouras.

Senhoras e Senhores,

Na construção da sociedade justa a que aspiramos, a política externa tem papel decisivo.

As características centrais de nossa diplomacia sempre foram a defesa dos interesses nacionais, o respeito aos compromissos assumidos, a tradição de uma ação coerente no tempo e sobretudo a visão de futuro.

A nova agenda da política externa brasileira conserva esses valores, ao mesmo tempo em que inaugura uma interação mais íntima com as forças vivas da sociedade. Os contactos com os meios empresariais, acadêmicos, políticos e culturais têm contribuído para que a Chancelaria expresse de modo mais fiel os interesses e anseios na Nação brasileira.

O direito soberano dos Estados, a solução pacífica das controvérsias, a consolidação da democracia, a superação da pobreza com distribuição equitativa da riqueza, o pleno respeito aos direitos humanos, a busca do desenvolvimento sustentável, a garantia de condições de competição internacional para nossa economia, todos esses são

ideais compartilhados pela sociedade, que nos apontam os rumos a tomar e os objetivos gerais a perseguir no plano internacional.

A capacidade de sempre atender às necessidades da sociedade mantém a credibilidade e a legitimidade da política externa.

O final da Guerra Fria alterou a distribuição do poder mundial. No plano político, sobressaem a necessidade de maior cooperação multilateral e a aplicação do ideal democrático em nível internacional. No plano econômico, a tendência à globalização não deve levar-nos a ignorar as disparidades e assimetrias que distanciam os mais desenvolvidos do resto do mundo.

Ao mesmo tempo, convivemos com os riscos, por um lado, da regionalização excludente, e, por outro, da dramática e explosiva fragmentação de antigos espaços políticos.

Para atuar em consonância com o interesse nacional, a diplomacia brasileira deve orientar-se pelo realismo. Precisar mobilizar a experiência acumulada e a sagacidade que vem caracterizando a sua ação para procurar influenciar o jogo político e econômico internacional em favor de nosso desenvolvimento.

Senhoras e Senhores,

Ao refletir sobre o que deve ser uma pauta de política externa brasileira identifiquei claramente algumas prioridades:

— A defesa do tratamento multilateral e nos seus fóruns apropriados dos grandes temas internacionais — políticos e econômicos —, assim como uma maior transparência e democratização no acesso ao processo decisório internacional;

— O reforço do sistema multilateral de comércio, que poderá ser obtido por uma conclusão satisfatória da Rodada Uruguai, para cujo sucesso já foram dedicados tantos anos de esforços negociadores;

— A consolidação de nosso processo de integração regional, que nos abre novas perspectivas e oportunidades no campo econômico e comercial, e que deverá reforçar a base política com que poderemos contar para o apoio a nossos pontos de vista no cenário internacional.

Essas vertentes da atuação diplomática brasileira se unem na construção de um novo sistema internacional, mais equitativo e mais apto a atender às necessidades dos países em desenvolvimento.

Senhoras, Senhores, Diplomatas,

Somos um país que deseja a integração.

Nesse sentido, será preciso valorizar nossa própria região. A América Latina, em particular a América do Sul, sempre foi e deve continuar a ser área privilegiada de atuação de nossa política externa.

Devemos não apenas levar adiante o êxito do MERCOSUL em termos de aproximação política entre seus membros, de fortalecimento da democracia e de reforço da competitividade, é exemplo a ser valorizado. Trata-se de iniciativa que não pode subordinar-se às flutuações da conjuntura econômica ou política.

No campo regional mais amplo, temos em nossas relações bilaterais importante acervo a ser preservado e enriquecido.

O relacionamento com os Estados Unidos mantém-se em patamar próprio de densidade e importância.

O evidente peso dos Estados Unidos no cenário internacional e a intensidade de nossas relações tornam funda-

mental que os entendimentos com esse país, hoje nosso principal parceiro individual, sejam marcados pela fluidez e pela maturidade de diálogo.

É sólida a base de nossas relações com a Europa. O Velho Continente faz parte de nossas origens. Temos, com os países europeus, relações tradicionais, e esperamos que as perspectivas de expansão econômica da Comunidade Européia prenunciem novas oportunidades para o nosso intercâmbio.

Compartilhamos com a África raízes étnicas e culturais, bem como a aspiração ao desenvolvimento e à transformação do Atlântico Sul em um espaço vivo de integração.

As relações com as economias emergentes do Pacífico devem merecer atenção especial. Há muito o que fazer em termos de conjugação de esforços.

Com o Japão, devemos desenvolver as múltiplas áreas em que há claro potencial de cooperação.

Temas como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, são objeto de discussão multilateral intensa e permanente e demandam atitudes transparentes, abertas e não-discriminatórias, apoiadas na cooperação internacional com base em regras multilateralmente acordadas.

Os jovens diplomatas da classe de 1992 têm o privilégio de começar suas carreiras sob a orientação de um Chanceler que reúne as mais altas qualificações intelectuais e acadêmicas. Parlamentar experiente e realista, homem de diálogo, de espírito aberto e criativo, o Ministro Fernando Henrique Cardoso traz para a condução da política externa um acervo de realizações, caracterizado por um irrepreensível comportamento ético e um inabalável compromisso com a democracia.

Os diplomatas que hoje se formam não poderão faltar com seu patriotismo e espírito público, e, nisso, haverão de inspirar-se no exemplo da paraninfa da turma, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, ex-diretora do Instituto Rio Branco e, hoje, nossa representante em Viena. Seu reconhecido talento profissional e sua aguda sensibilidade diplomática são a marca da brilhante trajetória que a levou ao ápice da carreira.

A cada um dos formandos e às suas famílias, minhas congratulações.

Peço que aceitem, com os colegas bolsistas da Eslováquia, do Paraguai, da Romênia e do Suriname, os meus votos de êxito profissional e de felicidade pessoal.

Senhores formandos da Turma de 1992,

Que no futuro possam ser os representantes de uma sociedade menos desigual, mais livre e mais desenvolvida.

Que no futuro possam representar essa sociedade em um mundo menos desigual, mais livre e mais desenvolvido.

Muito obrigado.





V                    Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na sessão solene de abertura da V Assembléia Ordinária do Parlamento Amazônico.

Brasília, 10 de maio de 1993.



Tenho a alegria de dar-lhes as boas-vindas a Brasília, cidade voltada para o futuro, como a esperança; filha da vontade, da força e da tenacidade dos brasileiros de todo canto.

Recebi com grande honra o convite que o amigo José Curiel Rodríguez me dirigiu, na sua qualidade de Presidente do Parlamento Amazônico, para participar desta Sessão Solene de Abertura da V Assembléia da Casa Parlamentar onde estão representados, através dos seus Poderes Legislativos nacionais, os povos dos países que ocupamos o espaço da Bacia Amazônica.

Considero que minha presença aqui é testemunho do profundo apreço que temos todos os brasileiros pela instituição parlamentar, coluna de sustentação da vida civilizada, porque base da democracia.

A democracia é a pedra de toque que dá vida ao Parlamento Amazônico. O Estatuto desta Casa, em seu artigo primeiro, exige o modo de vida democrático como condição essencial para permitir aos povos da Amazônia aqui se fazerem representar. Portanto, a democracia é valor fundamental que deve ser preservado, inclusive para que exista o Parlamento Amazônico.

O povo brasileiro participou recentemente de um extraordinário processo de afirmação da Lei e dos Poderes Constituídos do Estado, e fez valer, em todo o país, seu firme desejo de ver cumpridas as previsões constitucionais para a hipótese do impedimento do Chefe do Poder Executivo.

Assim foi feito, em paz e em democracia plena.

É hora de recuperar também a confiança dos brasileiros em dias mais límpidos nos planos econômico e social.

A luta inadiável contra a inflação — o mais perverso dos impostos, porque cobra mais de quem ganha menos —, essa luta não será vencida com recessão. Ao Brasil digno, consciente de suas dimensões, conhecedor de seus problemas, a este Brasil renovado em seus valores éticos e cívicos, ao nosso país não se ajustam receitas econômicas padronizadas que desconheçam o imperativo do crescimento econômico e das melhores condições de vida para todos os brasileiros. Crescimento e benefícios hoje, e não num futuro distante e incerto.

Meu Governo decidiu aplicar-se com energia à tarefa de estabilizar a economia; mas, ao mesmo tempo, vamos ampliar rapidamente a oferta de empregos, estimular a atividade de certos setores da economia com grande efeito multiplicador sobre os salários de baixa renda, e combater sem descanso a fome e a miséria.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Tenho a certeza de que a implementação do plano de Governo recentemente anunciado abrirá amplos caminhos para o reencontro do Brasil com o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Estamos começando a recuperar o terreno que perdemos na década dos 80.

Há que redobrar os esforços de combate à fome, à miséria e à doença que açoitam milhões de nossos conterrâneos. Há que recuperar o sentido comum da cidadania latino-americana, embasada na devoção dos nossos povos à paz e à democracia, alimentada por uma cultura comum, fortalecida pela comunhão de esforços que todos dedicamos, a cada dia, à superação do subdesenvolvimento econômico e social. Há que unir esforços no debate internacional sobre o desenvolvimento, que queremos ver incluído na agenda internacional em posição condizente com sua importância na construção de uma nova ordem mundial, que não se realizará se persistir a tendência à marginalização de países e regiões em desenvolvimento. A cooperação estreita entre nossos países é essencial para atingir esses objetivos.

Desde a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 3 de julho de 1978, nossos países assumiram um compromisso profundo no sentido de conjugar ações para o desenvolvimento harmônico da região. A esse respeito, não esqueçamos as palavras do saudoso Arthur Cezar Ferreira Reis, inspirador do Instituto de Pesquisa da Amazônia, que dedicou sua vida à valorização e defesa da região: «nenhum programa se efetivará com os resultados definitivos se se ignora o homem como centro.»

O Tratado de Cooperação Amazônica permitiu que nossos países disponham, agora, do amplo leque de políticas e estratégias. O Tratado cumpre um importante papel de aproximação de nossos países, por meio da institucionalização e da orientação das ações comuns, que levam à cristalização de uma verdadeira consciência amazônica fundada nos princípios da soberania, da cooperação, do equilíbrio entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico e da absoluta igualdade das Partes. É

nesse mesmo espírito que estamos empenhados em conferir crescente vitalidade e agilidade ao Tratado, inclusive pelo estabelecimento de mecanismo executivo permanente em Brasília.

A cooperação na região amazônica insere-se no contexto maior da integração latino-americana. O Brasil, inclusive por imperativo constitucional, tem como prioridade da sua política externa promover a integração latino-americana. Com esse objetivo, o Brasil esteve entre os fundadores tanto da extinta Associação Latino-Americana de Livre Comércio, nos anos 60, quanto da sua sucessora, a Associação Latino-Americana de Integração, no início dos anos 80. A integração latino-americana é o caminho para o fortalecimento da capacidade de negociação externa do conjunto de nossa região, a partir do aprofundamento dos laços econômicos e comerciais que nos unem.

Com o mesmo objetivo de impulsar a integração do conjunto da região, assinamos, o Brasil e a Argentina, o Tratado de Integração bilateral de 1988.

O Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, pelo Brasil, pela Argentina, pelo Paraguai e pelo Uruguai representa, como seu próprio texto registra, novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da América Latina, conforme o objetivo de estabelecer gradualmente um mercado comum latino-americano.

Vem o Brasil, assim, desde meados da década passada, buscando ampliar com os vizinhos do Sul do continente americano as dimensões dos diversos mercados nacionais, através de processos de integração nos planos regional, sub-regional e bilateral. E o fazemos porque acreditamos que essa integração é elemento fundamental para acelerar e generalizar os processos de desenvolvimento econômico, com justiça social.

Os primeiros resultados dessa empreitada comum já se fazem claramente visíveis, por exemplo, no plano comercial; o intercâmbio com os demais países da região passou de 6,8 bilhões de dólares em 1990 para 8,8 bilhões de dólares em 1991, ou cerca de mais de 30 por cento em somente um ano.

Mais notável é a situação entre os sócios do Mercado Comum do Sul: o comércio entre eles passou de 5,1 bilhões de dólares em 1991 para 7,1 bilhões de dólares em 1992, ou cerca de mais de 40 por cento naquele curto período.

Nada permite imaginar que essas tendências se enfraquecerão no futuro. Ao contrário, a continuada abertura do mercado nacional às importações — política que será mantida sempre em benefício do consumidor brasileiro, como recentemente determinei no setor farmacêutico — oferecerá oportunidades crescentes aos produtos dos nossos vizinhos.

Foi com essa convicção que, na Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Buenos Aires, em novembro último, anunciei a chamada Iniciativa Amazônica, que tive a oportunidade de apresentar formalmente aos meus colegas mandatários dos países amazônicos.

A iniciativa tem por objetivo lançar, em termos bilaterais e no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, as bases comerciais e econômicas para a ampla avenida de cooperação que poderá repetir na Amazônia o exemplo de integração que se consolida na Bacia do Prata.

Entendo que o aprofundamento das condições favoráveis ao intercâmbio comercial dos países amazônicos será um passo fundamental para a integração da América do Sul, na medida que contribuirá para articular os dois grandes sistemas hidrográficos. A própria dinâmica do comér-

cio nos levará inevitavelmente a diversificar e aperfeiçoar as interconexões físicas, de transportes e de comunicações entre o Prata e o Amazonas, e favorecer o fluxo de capitais, de tecnologia e de pessoas entre as duas vertentes hidrográficas maiores que identificam esta parte da América.

Julguei oportuno valer-me desta Assembléia para referir-me mais detidamente à Iniciativa Amazônica porque entendo que este Parlamento, por sua natureza precípua de foro democrático comprometido com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, não pode deixar de conhecê-la. Com efeito, a Iniciativa é plenamente compatível com os objetivos desta Assembléia, definidos no artigo quarto de seu estatuto.

Este momento é propício para que reafirmemos o direito inalienável dos habitantes da Amazônia ao desenvolvimento social e econômico, desafio que incumbe às nossas nações, e a todos os segmentos em cada uma delas, erigir em prioridade de suas políticas nacionais. Estamos unidos pelo desafio que representa o desenvolvimento sustentável desse vasto conjunto de ecossistemas sem igual no mundo e pelo imperativo de levar aos cidadãos amazônicos melhores níveis de bem-estar. Bem sabemos a importância que tem a cooperação internacional para atingir esses objetivos, e a ela estamos abertos. No entanto, em que pese o grande interesse despertado pela Amazônia, essa cooperação não se tem feito disponível com a intensidade ou a qualidade desejáveis.

Estou convencido de que é chegada a hora de levantar, mais uma vez, uma bandeira comum. Construimos em nossa história a extraordinária capacidade de falar em uníssono, e não a podemos perder. Erigimos juntos uma cultura que se destaca no universo pela riqueza e variedade de seu imaginário, vivificado pelos mais diversos aportes

étnicos e espelhada em uma sociedade multirracial das mais harmônicas.

Esta é a tarefa maior que temos todos os latino-americanos: o fortalecimento do nosso consenso, a reafirmação de nossa identidade própria. Somos irmãos e assim queremos continuar: livres, fortes, fraternos.

Em nome dos brasileiros, tão honrados em recebê-los, estendo a todos os participantes desta V Assembléia meus melhores e mais sinceros votos de que as decisões que aqui se alcancem contribuam para aproximar-nos ainda mais da Amazônia que almejamos, e da América Latina que construiremos, tenho fé, em liberdade e em democracia.

Muito obrigado.







VI

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, durante visita oficial à Argentina.

Buenos Aires, 25 de maio de 1993.



As amáveis palavras de boas-vindas de Vossa Excelência e a hospitalidade com que somos acolhidos, em Buenos Aires, refletem a cordialidade e a simpatia que surgem naturalmente entre brasileiros e argentinos, e as relações fraternas entre nossos Governos.

Sou-lhe profundamente grato, Senhor Presidente, pelo honroso convite de Vossa Excelência, que me traz de regresso à Argentina, poucos meses depois de haver participado, nesta bela capital, da VI Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.

No grato convívio que tivemos na Cimeira do Grupo de concertação política das democracias latino-americanas e em nosso encontro, em Montevideu, durante a Cúpula do MERCOSUL, pude identificar em Vossa Excelência a exemplar figura do estadista que vem conduzindo os destinos de seu país com sabedoria e determinação, fazendo-se credor da justa admiração da comunidade internacional.

Sinto-me particularmente sensibilizado pela oportunidade que me foi dada de vir a Buenos Aires no dia de maior significado cívico do calendário argentino, e de

comparecer, ao lado de Vossa Excelência, às cerimônias comemorativas do 25 de Maio. Esta circunstância histórica é simbólica de uma união que se intensifica, a cada dia, em proveito de nossas sociedades e de nosso Continente.

Ao participar, na manhã de hoje, das solenidades na Casa Rosada, e ao caminhar até a Catedral para, juntos, render graças a Deus pelas conquistas do passado argentino e pelas realizações de seu presente, fizemos também profissão de fé na grandeza de nosso futuro comum.

Ficará para sempre gravada na memória de nossos povos a imagem da confiança e apreço recíprocos retratada neste 25 de maio de 1993, em que a Nação Argentina acolheu o Presidente do Brasil como um dos seus, como um concidadão, na celebração de sua data maior. Esteja certo Vossa Excelência de que retribuiremos com a mesma civilidade este gesto nobre, que muito nos comove, e que imprime a esta visita oficial o significado solene de uma confraternização irrevogável.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência acaba de me impor o grande colar da Ordem do Libertador San Martín. Esta insigne homenagem, que agradeço em meu nome e em nome do povo brasileiro, representa de modo emblemático o entrelaçamento entre nossas nações.

O herói da Independência, cujo nome é sempre recordado com respeito e admiração no Brasil, foi escolhido para denominar o Décimo Nono Regimento de Cavalaria Mecanizada — sediado em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul —, que receberá o nome de «Regimento San Martín», em reconhecimento ao talento e à coragem deste grande militar e estadista argentino.

Senhor Presidente,

Terei, por minha vez, o prazer de recebê-lo, dentro de poucas semanas, na cidade de Salvador da Bahia, primeira capital do Brasil. Lá, em companhia da família ampliada ibero-americana, procuraremos avançar na tarefa de implantar em nosso Continente uma ampla arquitetura integracionista.

Senhor Presidente da Nação Argentina,

Observa-se no Brasil um processo de consolidação da democracia, em que os cidadãos assumem, com crescente convicção, suas responsabilidades individuais no esforço coletivo de articulação de uma sociedade mais justa.

Meu Governo orienta o Brasil na direção do desenvolvimento com justiça social, mediante uma política de estabilização, pautada pelo rigor fiscal e por um esforço gradual de controle inflacionário, transparente e imune a decisões arbitrárias. Mantém e aprofunda o programa de desestatização, permitindo participação do capital estrangeiro — aspecto que terá, certamente, impacto positivo sobre nossa cooperação com o empresariado argentino. Lutamos, também, contra o espectro da miséria e da fome.

Associados na busca dos mesmos objetivos, Brasil e Argentina redescobrem sua identidade mais profunda no processo irreversível da integração, a via natural e segura para o bem-estar de nossos povos.

Situados em uma das regiões mais pacíficas do mundo, argentinos e brasileiros têm sabido trabalhar sobre a folha limpa de uma História que não legou nódoas nem ressentimentos.

Os andaimes da nossa construção já foram erguidos. Os acordos que assinaremos no decorrer de minha visita,

em áreas de sensibilidade e atualidade, levam-nos adiante e aperfeiçoam nossa cooperação.

Senhor Presidente,

Os esforços conjuntos de aproximação empreendidos por Brasil e Argentina já produziram resultados notáveis. Haverá poucos exemplos de evolução tão rápida e segura de um relacionamento bilateral como o nosso, que se consolida em patamares cada vez mais elevados de proximidade e entendimento.

No cenário mundial abrem-se novas oportunidades de atuação. Hoje, sabemos que a permeabilidade em nossas relações e sua previsibilidade favorecem a projeção internacional dos dois países.

Esse quadro está solidamente assentado no campo econômico e comercial, que manifesta, hoje, um dinamismo sem precedentes na América Latina, havendo nosso intercâmbio bilateral alcançado, em 1992, cifra superior a 4 bilhões de dólares.

O nível de entrosamento a que chegamos tem suas raízes no Tratado de Assunção, que reúne, além de nossos dois países, o Paraguai e o Uruguai.

Alguns de nossos interesses requerem cuidadosa harmonização. Estou certo, contudo, de que as dificuldades conjunturais ou setoriais que venhamos a enfrentar serão sempre vencidas com as forças do diálogo e da vontade política.

Senhor Presidente,

No momento em que os esquemas regionais de concertação política e integração econômica passam a desempenhar papel crescente na definição dos rumos nas relações internacionais, nas decisões sobre destinos de investimento, e na produção das empresas, o espaço comum sul-

americano adquire nova importância e um potencial que nos cumpre valorizar.

Já tive oportunidade de afirmar nesta mesma cidade de Buenos Aires, em dezembro passado, durante a última Cúpula do Grupo do Rio: «Nossa região não é apenas um grande espaço econômico, mas também — e sobretudo — um espaço democrático onde povos encontram sua identidade numa cultura própria, de valor universal».

Senhoras e Senhores,

Ao saudar a Argentina no seu grande dia cívico, falo por um país irmão, vizinho, companheiro, para dizer a toda a Nação argentina que prosseguiremos com o grande desenho da integração. Uma integração sensível a todos os nossos interesses e, principalmente, exemplar em sua visão de um futuro de prosperidade e de paz.

Muito obrigado.





VII

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião de sua chegada ao aeroporto de Montevidéu, em visita oficial ao Uruguai.

Montevidéu, 27 de maio de 1993.



Ao chegar a Montevideu, minhas palavras iniciais são para manifestar a Vossa Excelência e ao povo uruguaio as calorosas saudações e o fraternal afeto do povo brasileiro.

Agradeço, sensibilizado, o honroso convite para visitar a República Oriental do Uruguai. As amáveis expressões de boas-vindas de Vossa Excelência refletem a tradição de cálida e fraterna hospitalidade que os uruguaiois reservam a nós, brasileiros.

Dela já desfrutei quando vim a Montevideu para participar da reunião presidencial do Conselho do MERCOSUL, em fins de dezembro último. No Brasil, recordamos vivamente as visitas com que Vossa Excelência nos honrou.

Ressalto, pelo renovado vigor que imprimiu ao relacionamento bilateral, sua visita oficial a Brasília e a outros Estados do Brasil, em setembro de 1991.

Vivemos época marcada por dinamismo sem precedentes nas relações entre os dois países. Hoje, mais do que em qualquer momento do passado, ambas as nações estão unidas em torno de um projeto de destino comum, associadas neste rumo a outros países irmãos sul-americanos. Mais do que nunca, estão nossos povos empenhados em

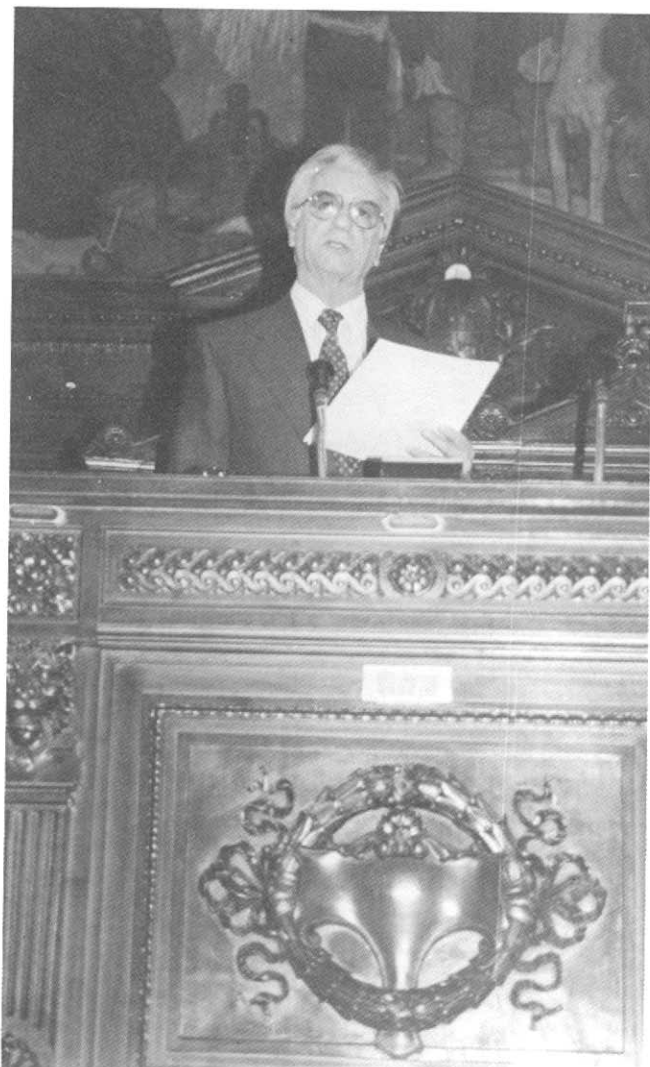
trabalhar conjuntamente, conscientes de que bem-estar e prosperidade não devem limitar-se por fronteiras. Jamais estivemos tão dispostos a assegurar o papel que o Brasil, o Uruguai e a região devem ter em um mundo em rápida transformação.

Esta empreitada comum encontra sólida base e forte estímulo na plena vigência da democracia em nossos países. Os ideais que brasileiros e uruguaios comungamos aproximam ainda mais nossos governos e nossos povos, não só na busca de caminhos para alcançar a justiça para todos os cidadãos, como também numa atuação internacional que não esmorece no objetivo de contribuir para a construção de ordem mundial mais democrática.

Estou certo, Senhor Presidente, de que nossas conversações trarão resultados importantes e profícuos. Estaremos reunidos estes dias com o sincero desejo de concretizar avanços expressivos no relacionamento bilateral. Tudo converge para um entendimento sólido e permanente entre o Brasil e o Uruguai, respaldado em laços inalteráveis de amizade e boa vizinhança. Esta é a autêntica vocação de nossos povos.

Muito obrigado.





VIII

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da sessão solene na Assembléia Geral do Uruguai.

Montevidéu, 27 de maio de 1993.



Os parlamentos são as mais antigas e as mais legítimas instituições do Estado. Nesta Assembléia Geral saúdo o grande povo do Uruguai, que aqui se representa, com o seu justo orgulho pela forma de ver o mundo e nele fazer a sua Pátria. Aqui a vontade dos uruguaios se torna lei, e com esta lei faz a sua História.

Graças, em grande medida, à ação de parlamentares, uma realidade se sobressai na História contemporânea de nossa região: a democracia, duramente reconquistada e corajosamente defendida na América Latina, e que encontra a plenitude de sua expressão nos trabalhos desenvolvidos por esta Assembléia Geral.

Senhoras e Senhores,

Trago-lhes a palavra de um Brasil que soube, através do pleno exercício da democracia, com a força das suas instituições, a determinação de seu povo, e a sinceridade dos seus propósitos políticos, sobrepor-se à grave crise que viveu no passado recente.

Hoje, posso falar-lhes de nosso projeto democrático revigorado pela mobilização da sociedade brasileira em torno de objetivos fundamentais: a retomada do crescimento, o desenvolvimento com justiça social, o combate à

inflação sem choques arbitrários, o honrado exercício das funções públicas em nome do interesse do povo.

A normalização das relações com a comunidade financeira internacional chega à sua fase conclusiva, e já nos permite antever uma nova era de cooperação econômica com o mundo industrializado. No plano comercial, prosseguimos com nossa política de abertura, persuadidos de que agirá como estímulo à nossa produtividade e terá efeito benéfico sobre o conjunto de nossa ação internacional.

É com grande satisfação que vejo intensificarem-se os contatos entre parlamentares latino-americanos, seja no Parlatino, no Parlamento Amazônico, ou na Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. O Poder Legislativo passou a ser parceiro do Executivo na administração pública e a compartilhar a responsabilidade pela ação governamental.

O aprimoramento dos mecanismos de consulta e concertação das democracias latino-americanas vem contribuindo, ademais, para a projeção internacional da região. O Grupo do Rio deve ser mencionado, neste contexto, por ser interlocutor ativo e plenamente reconhecido no cenário internacional.

Sob a égide da democracia expandiram-se os horizontes de entendimento e de convergência entre o Brasil e o Uruguai. As relações bilaterais evoluem, presentemente, seguindo caminhos auspiciosos, em áreas que vão da cooperação fronteiriça ao intercâmbio comercial, da consulta política à cooperação cultural, científica e tecnológica.

Senhores Parlamentares,

Sucedem-se, com intensidade cada vez maior, os encontros e as visitas de Chefes de Estado e de autoridades de diferentes níveis e setores, não só do Poder Executivo,

como do Legislativo e do Judiciário. Esses contatos são igualmente numerosos nas esferas de administração regional.

A integração regional figura com proeminência entre os objetivos da política externa brasileira, preceito que se encontra consignado em nossa Constituição nos seguintes termos: «A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

Com o MERCOSUL engajamo-nos, juntamente com a Argentina e o Paraguai, em um projeto de integração posto a serviço da ampliação da escala de nossas economias.

Se é verdade que as nossas metas são ambiciosas e os prazos propostos requerem uma grande agilidade negociadora, é também certo que já alcançamos o nível de confiabilidade e de entendimento que nos levará aos objetivos traçados.

Nos países do MERCOSUL está a metade do produto da América Latina. A área é também servida por moderna infra-estrutura, própria à circulação de bens e serviços. Essa rede de transporte se amplia com obras como as da hidrovia Paraguai-Paraná e do Eixo Rodoviário que unirá o Brasil ao Uruguai e à Argentina.

A integração progressiva de nossos países alterará a paisagem econômica e o meio em que se movem os agentes produtivos. Esta participação integrada no comércio internacional aumentará nosso poder de barganha no benefício comum.

Senhores Membros da Assembléia Geral,

Em julho próximo, a cidade de Salvador da Bahia sediará a Terceira Conferência Ibero-Americana de Chefes

de Estado e de Governo. Esperamos ser mais uma vez honrados com a valiosa presença do Excelentíssimo Senhor Presidente Luís Alberto Lacalle, que tem sabido conquistar a amizade e despertar a admiração dos brasileiros.

O Uruguai foi o primeiro país da América a utilizar o Estado como instrumento moderno de distribuição da renda nacional. A sua política de educação e de previdência social, adotada ainda nas primeiras décadas do século, e alicerçada na defesa de seus interesses econômicos no mundo, propiciou ao seu povo elevados padrões de bem-estar.

As dificuldades posteriores, ditadas pela ordem econômica internacional, impostas pelo confronto das grandes potências, atingiram todos os nossos países, mas não conseguiram alquebrar no povo uruguaio seu sentimento essencial de solidariedade.

Senhor Presidente,  
Senhores Parlamentares,

Um nome, entre tantos os que construíram esta Nação, conduz as minhas reflexões quando penso em nosso Continente: o de José Artigas. Ao propor, com sua visão de América, a federação meridional, Artigas sentiu que o nosso destino, para ser realmente livre, teria de ser comum. Homem destes campos abertos, ela via as fronteiras como acidentes políticos, que a política poderia apagar um dia, quando todos compartilhassem aquele sentimento que o animava, o de que a pátria dos homens é o mundo, desde que nele todos os homens se sintam livres.

Artigas era o instinto, a bravura do gaúcho, a força da espada e do laço, a herança charrua do domínio de pampas e coxilhas, a certeza de que o homem transfere às armas, no combate, a sua própria honra. Sinto-me à vontade para dar o meu testemunho de apreço a Artigas.

Artigas era gaúcho, como os nossos gaúchos. Nestes campos sem fim, os marcos podem separar os Estados, mas não separam os homens, não separam o seu caráter, não separam aqueles fortes propósitos que, para se afirmar, devem recorrer, tantas vezes, à luta. Artigas era da mesma estirpe de Bento Gonçalves e Davi Canabarro, filho destes amplos horizontes nos quais os ventos carregam os avisos da liberdade.

Senhores parlamentares,

A oportunidade que o destino nos proporciona de visitar o Uruguai e esta Casa de democracia nos remete à saga da ocupação deste enorme Continente, para reafirmar em nossas mentes e em nossos corações o grande saldo espiritual legado pelos nossos antepassados: somos irmãos e assim queremos continuar, livres, fortes e fraternos.

Muito obrigado.







IX

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente Luis Alberto Lacalle, no Palácio Taranco.

Montevideu, 27 de maio de 1993.



Ao receber a Medalha da República, neste belo Palácio Taranco, sede de históricas iniciativas de paz e de conciliação, desejo que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento. Esta homenagem, que muito me sensibiliza, reflete a estima recíproca entre nossos povos e governos e o alto grau de entendimento que caracteriza nossas fraternas relações.

Membros da grande família latino-americana, Brasil e Uruguai compartilham tradições, aspirações e objetivos comuns, consolidados ao longo de dois séculos de intensa convivência.

O apego à liberdade e à democracia constitui a base do entendimento entre nossos países e inspira o trabalho conjunto para a construção de sociedades justas e modernas.

Senhor Presidente,

As qualidades pessoais de Vossa Excelência, aliadas à sua dimensão de estadista de insigne tradição parlamentar, fazem-no merecedor do justo apreço e da admiração que lhe dedicam o povo brasileiro e a comunidade internacional.

Nesta visita reencontrei a atmosfera acolhedora e a afetuosa hospitalidade com que o Uruguai tradicionalmente honra os seus vizinhos. Espero ter contribuído também para estreitar ainda mais os múltiplos laços que vinculam nossos países e desejaria, por minha parte, prestar, em nome do Governo e do povo brasileiros, uma homenagem que expressa o nosso reconhecimento pelo importante papel que vem desempenhando Vossa Excelência no aprofundamento das relações entre o Uruguai e o Brasil.

É com grande satisfação que lhe imponho a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, condecoração com que o Brasil rende tributo àqueles cujo nome permanecerá para sempre registrado entre os fiéis e distinguidos amigos de nossa Pátria.



X

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da cerimônia de entrega das chaves simbólicas de Montevideu pelo Intendente, Doutor Tabaré Ramón Vásquez Rosas.

Montevideu, 28 de maio de 1993.



Esta homenagem prestada ao Brasil e a mim pela Intendência de Montevidéu representa mais um testemunho da amizade e da harmoniosa convivência entre os uruguaios e brasileiros. Recebo-a particularmente comovido, já que parte das mais altas autoridades da Capital do Uruguai, centro populacional de magnitude política e econômica, ponto nevrálgico do país e lugar de convergência de todas as grandes vias nesta margem do Prata.

Conhecemos no Brasil o papel próprio de Montevidéu na cultura do Rio da Prata, que se irradia fortemente na vasta região gaúcha. Para os brasileiros, Montevidéu exerce grande atração, não somente por ser importante centro financeiro e comercial, mas também pelo prestígio de suas instituições acadêmicas e culturais, sem falar na beleza de seu admirado urbanismo.

Com prazer vemos que a Intendência de Montevidéu se encontra a cargo de uma das personalidades mais brilhantes no cenário político uruguaio. Sua administração tem despertado particular interesse em meios municipalistas brasileiros, os quais gostariam de ouvi-lo, de viva voz, no Brasil, sobre sua experiência em Montevidéu.

Nesta cidade foram lavradas páginas do mais alto significado para as relações brasileiro-uruguayas. Desfru-

tam aqui os brasileiros de uma atmosfera de gentileza e hospitalidade, que corresponde ao temperamento de nossos povos.

Senhor Intendente,

Ao entregar-me as chaves simbólicas de Montevidéu, Vossa Excelência alenta ainda mais o especial carinho que dedico a esta cidade e ao Uruguai. Peço a Vossa Excelência que receba meus mais sinceros votos de um futuro próspero e venturoso para Montevidéu e para o povo montevideano.

Muito obrigado.





XI

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da sessão solene realizada em sua homenagem pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai.

Montevideu, 28 de maio de 1993.



Constitui para mim motivo de elevada honra ser recebido nesta sessão solene pelos Senhores Ministros da Suprema Corte de Justiça da República Oriental do Uruguai.

Interpreto esta acolhida fraterna que me fazem os ilustres magistrados da mais alta Corte de Justiça do Uruguai como uma homenagem ao povo brasileiro, com a qual reafirmam a tradicional e inabalável amizade entre o Brasil e o Uruguai, países irmãos unidos por fortes vínculos históricos, culturais e religiosos, e pela mesma herança ibérica.

Nossos dois países estão também ligados pelo respeito absoluto à independência e à autonomia do Poder Judiciário, como requisito indispensável para a consolidação e o fortalecimento da democracia e das liberdades públicas.

Não poderia nesta ocasião deixar de lembrar as iniciativas pioneiras do Uruguai, nos primórdios deste século, no campo do direito do trabalho, da previdência social, dos direitos da mulher, do direito da família e em muitos outros aspectos que criaram neste país uma das sociedades mais modernas, tolerantes e criativas.

O forte apego à ordem jurídica está na própria base da existência e da independência do Uruguai. O culto do

Direito, praticado internamente neste país, é disseminado pela influência dos juristas uruguaios.

Esta ocasião é, assim, propícia para evocar a brilhante tradição jurídica uruguaia. Diversos bacharéis brasileiros tiveram a enriquecedora experiência de percorrer com imenso proveito, em seus cursos de graduação, as páginas eruditas de autoria de renomados juristas orientais. Ao visitar esta egrégia Corte, guardiã maior da Carta Constitucional do Uruguai, presto reverência aos seus mestres consagrados, que levaram o país a posição de merecida proeminência no cenário jurídico internacional.

Senhor Presidente,

A aguda crise política que viveu recentemente o Brasil foi superada dentro da estrita observância dos preceitos constitucionais, o que, além de evidenciar o grau de amadurecimento da democracia e da sociedade brasileiras, representa vivo testemunho do papel desempenhado por uma Justiça independente e ágil. O Estado de Direito é o alicerce fundamental dos regimes democráticos.

A paz e a ordem social repousam sobre uma correta administração da justiça. A Corte que Vossa Excelência preside representa a garantia fidedigna dos direitos da cidadania. Essa missão é intransferível e constitui a expressão mais genuína da consciência cívica da nação oriental.

O futuro de nossos países e o êxito dos esforços que brasileiros e uruguaios empreendem, a fim de ampliar os já intensos laços de amizade e de cooperação, deverão continuar a sustentar-se sobre os princípios sólidos e sobre os valores do Direito consagrados pela História. Uma inin-

terrupta conquista da liberdade, respaldada pela ordem jurídica, é a melhor chave para prosseguir com segurança no caminho da integração regional e para oferecer melhores condições de vida e de bem-estar a nossos povos.

Muito obrigado.







XII

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, por ocasião da visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração.

Montevideu, 29 de maio de 1993.



É com justificado contentamento que compareço a este foro onde nossos países tecem, em conjunto, a resistente malha do mais importante projeto latino-americano: o da integração.

Venho a Montevideu em momento de importantes acontecimentos no Brasil. Há algumas semanas, anunciei o plano de ação de meu Governo, as linhas mestras que balizarão os esforços de reforma e aperfeiçoamento do Estado, da economia e da sociedade, com vistas a retomar o processo de desenvolvimento do Brasil, em bases justas, democráticas e eqüitativas.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

No plano de ação governamental que submeti à opinião pública, julguei necessário combinar o indispensável combate à inflação com estímulos seletivos ao crescimento econômico.

Convencido de que o grande desafio que a sociedade brasileira enfrenta é o da conquista da eqüidade, procurei reorientar um programa que descurara as carências dos

menos favorecidos, na direção de um desenvolvimento com ênfase na justiça social e no combate à fome e à miséria.

Estão nitidamente estabelecidos os parâmetros que guiarão o Brasil durante meu mandato presidencial. Mais adiante, os rumos recentemente adotados ensejarão a emergência de uma nova realidade que — estou convicto — permitirá a gradual correção das flagrantes disparidades distributivas, o aumento do investimento produtivo e a ampliação do consumo popular.

A dimensão latino-americana da política externa brasileira inclui obrigatoriamente o projeto que se desenvolve nesta Organização: o da progressiva integração econômica da região sob a égide do Tratado de Montevideu e dos trabalhos empreendidos neste foro.

Aprendemos os onze sócios, em exercício conjunto e exemplar, a reconhecer nossas potencialidades e a aumentar nossa capacidade de atuação regional e internacional.

Sem desobedecer aos princípios do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, e graças à visão pragmática e à inteligência daqueles que conceberam o Tratado de Montevideu, temos sido capazes de criar uma área de preferências econômicas, celebrar acordos regionais, multiplicar acordos parciais, e implementar processos de integração sub-regionais. Demos, com todas essas iniciativas corajosas e oportunas, nova feição à economia latino-americana.

A agenda integracionista tem sido enriquecida, em seu conjunto, pelos aportes conceituais relacionados aos objetivos do desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente.

Áreas de competência que expandem o raio de atuação da ALADI e favorecem a inserção da região na econo-

mia mundial incluem ciência e tecnologia, serviços e propriedade intelectual, além do terreno cultural.

Senhoras e Senhores,

São eloqüentes os dados que demonstram o êxito da integração:

Em 1991, o comércio entre nossos países alcançou 15 bilhões de dólares, ou seja, o dobro do valor observado seis anos antes.

Em 1992, o intercâmbio entre os países-membros da ALADI dobrou novamente, alcançando a cifra de 31 bilhões de dólares.

Nestes últimos seis anos, as exportações da ALADI para todos os mercados cresceram 30%, ultrapassando os 100 bilhões de dólares, enquanto o valor global do comércio da região com esses parceiros chegou a 200 bilhões de dólares.

No caso específico do Brasil, as cifras ilustram, por si mesmas, a importância e a prioridade que atribuímos ao comércio com os países-membros da Associação para complementar o abastecimento do mercado brasileiro.

O Brasil é, hoje, o mercado regional que mais absorve produtos dos demais países-membros da Associação. Além disso, temos consciência do significado que tem a ALADI para as nossas exportações, principalmente do ponto de vista do valor agregado das mercadorias exportadas. Em 1992, mais de 80 por cento do que vendemos na região foram produtos manufaturados; enquanto para o resto do mundo, no mesmo ano, essa proporção não alcançava 42 por cento.

Tendo em conta esse quadro promissor para o futuro da integração regional, julguei oportuno lançar a Iniciativa

Amazônica, em dezembro passado, nesta mesma Montevideu.

Em sua essência, a Iniciativa Amazônica busca intensificar as relações do Brasil com cada um dos parceiros na Bacia Amazônica, mediante a negociação de acordos de complementação econômica bilaterais, sob a égide do Tratado de Montevideu de 1980. A mais longo prazo, seguramente facilitará a meta final desta Associação: o estabelecimento do Mercado Comum da América Latina.

Senhoras e Senhores,

Temos acompanhado com atenção o processo de negociação do NAFTA, ao qual auguramos votos de pleno êxito. O Brasil confia em que os integrantes do NAFTA saberão valorizar as parcerias construídas no Hemisfério em torno das aspirações e interesses comuns. Desejamos que aquela experiência, em muitos aspectos pioneira, aponte na direção de uma interdependência hemisférica mais madura e mutuamente benéfica.

Fortalecer nosso consenso, consolidar o imperativo da democracia, explorar os limites de nossa potencialidade para dar a todos os nossos cidadãos uma perspectiva de vida melhor, no pleno exercício das liberdades individuais, são os grandes desafios que devemos enfrentar unidos neste fim de século.

Com a certeza de que a via da integração é a garantia de nosso melhor futuro; e com o orgulho de pertencer a um foro que se apresenta como um virtual parlamento da integração latino-americana, quero, ao encerrar esta intervenção, reafirmar o compromisso inabalável do Brasil com os objetivos da ALADI, e assegurar a cada um de nossos parceiros a nossa determinação em levá-los a bom termo.

Muito obrigado.

SUBCHEFIA PARA DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS  
DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

APOIO: ASSESSORIA DIPLOMÁTICA E ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO  
INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FOTOS: GETÚLIO GURGEL (FOTÓGRAFO OFICIAL)

ESTA OBRA FOI COMPOSTA  
E IMPRESSA PELA  
IMPrensa NACIONAL,  
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,  
70604-900, BRASÍLIA, DF,  
EM 1993, COM UMA TIRAGEM  
DE 1.500 EXEMPLARES

